

recebimento de obra. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Secretaria de Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em Fortaleza, 13 de julho de 2011.

Jordete de Oliveira Franco Gomes
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 978/2011 – A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE, tendo em vista o Parágrafo Único do Art. 5º, Portaria nº 815/2009, publicada no Diário de Justiça do dia 05 de agosto de 2009, e em conformidade com o Processo Administrativo nº 8515040-98.2011.8.06.0000, designar **EDSON NASCIMENTO DONATO**, Diretor do Departamento de Manutenção e Serviços Gerais, matrícula 6480, para viajar às comarcas de Juazeiro do Norte, Quixeramobim e Sobral, no período de 25 a 28 de julho de 2011, concedendo-lhe 3,5 diárias, no valor unitário de R\$ 100,00 (cem reais), totalizando **R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais)**, para realizar audiência pública e divulgar licitação de manutenção predial. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Secretaria de Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em Fortaleza, 19 de julho de 2011.

Jordete de Oliveira Franco Gomes
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

OUTROS EXPEDIENTES

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA Nº 108/2011

PROCESSO Nº 8510194-35.2011.8.06.0001.

INTERESSADO: FRANCISCO PINTO NASCIMENTO FILHO, Técnico Judiciário.

ASSUNTO: SOLICITA ABONO DE PERMANÊNCIA

DEFIRO o pedido de concessão de abono de permanência a partir de 07.06.2011, tendo em vista o requerente haver implementado os requisitos necessários, em que se conclui pelo direito ao mencionado benefício, de acordo com a segunda situação apresentada pela Emenda Constitucional nº 41/2003.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, em 21 de junho de 2011.
Desembargador José Arísio Lopes da Costa – Presidente do TJCE

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA

PORTARIA no. 14/2011

O Desembargador **FRANCISCO LINCOLN ARAÚJO E SILVA**, Diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (ESMEC), no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO que o Regimento Interno da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará estabelece o prazo máximo de 24 meses, contados do efetivo início das aulas, para a conclusão dos cursos de especialização ofertados, período no qual devem ser integralizados os créditos respectivos e apresentada e defendida a monografia exigida (art. 12-C do Regimento Interno da ESMEC, introduzido pelo Assento Regimental 25, de 14 de agosto de 2008, publicado no DJ de 18/08/2008);

CONSIDERANDO que a eventual substituição da monografia por publicação de trabalho acadêmico em obra coletiva, prevista no art. 12-C, § 3o, do Regimento Interno da ESMEC deve ocorrer ainda dentro do referido prazo (24 meses);

CONSIDERANDO que o art. 12-P, do Regimento Interno da ESMEC, igualmente introduzido pelo Assento Regimental 25/2008, sanciona com o desligamento o aluno que abandonar as atividades do curso sem justificativa (alínea b) e/ou deixar de apresentar a monografia dentro do prazo regulamentar do curso (alínea c);

CONSIDERANDO a significativa evasão verificada nos cursos de especialização seguidamente ofertados pela ESMEC.

CONSIDERANDO que o CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da ESMEC) já concedeu prorrogação excepcional prazos regimentalmente previstos (reunião de 10/11/2010), dela sendo cientificados todos os discentes por meio do Ofício 485/2010;

CONSIDERANDO que poucos foram os alunos que se valeram da oportunidade concedida pelo CEPE;

CONSIDERANDO a necessidade de reordenar o quadro discente da ESMEC, não apenas em face da evasão verificada, como também da circunstância de que diversos alunos buscam prorrogar indefinidamente a conclusão dos referidos cursos, solicitando matrícula em disciplinas e/ou entregando monografias e/ou trabalhos de conclusão final de curso muito após o término do prazo regimentalmente imposto;

CONSIDERANDO, por fim, que o reordenamento que agora se inicia possibilitará não apenas otimização do funcionamento da ESMEC, mas assegurará o integral cumprimento das normas regimentais, questão que certamente será objeto de consideração quando da solicitação da renovação do credenciamento da ESMEC junto ao Conselho Estadual de Educação, para que possa continuar ofertando cursos de pós-graduação lato sensu (especializações);

RESOLVE:

1 – Fixar o prazo de **10 (dez) dias**, contados da primeira publicação, para que os discentes relacionados nos Anexos (um para cada um dos cursos de especialização ofertados) compareçam à Secretaria da ESMEC e comprovem o suprimento das omissões ali apontadas;

2 – **Explicitar que inércia importará em automático desligamento da ESMEC, nos moldes previstos no mencionado art. 12-C do respectivo Regimento Interno;**

3 – **Esclarecer** que, na hipótese de desligamento, os interessados poderão submeter-se a nova seleção e, se for o caso, reingressar no quadro discente da ESMEC, aproveitando os créditos já cursados e implementando regularmente as condições